

BR-153

Pedágios aumentam em meio a reclamações de BRs



Advogado explica que cobrança só é legítima se serviço prestado for bom.

Página 8

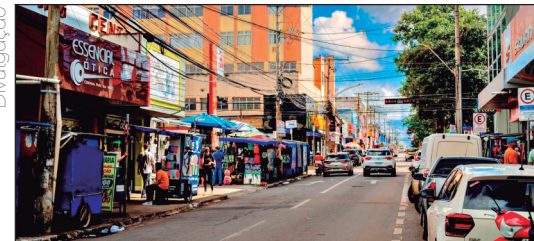


TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.838 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 29 DE MARÇO A 4 DE ABRIL DE 2026
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ANÁPOLIS

Revisão do Plano Diretor expõe pressão por mudanças



Documento revela entraves no crescimento da cidade, e propostas podem impactar economia.

Página 10

MOBILIDADE

Caiado entrega novo Terminal Padre Pelágio e primeiros ônibus a biometano do Brasil



Cerimônia marca anúncio de lançamento da primeira usina de biometano e do primeiro gasoduto do Estado. Investimento faz parte do maior programa de modernização do transporte coletivo do país.

Página 7

ENTREVISTA

LUIS CESAR BUENO

PT

“Aliança com o PSDB não está na pauta do PT de Goiás”

Atualmente, segundo o ex-deputado, estão colocados como pré-candidatos o jornalista Cláudio Curado, o advogado Valério Luiz Filho, o vereador Edward Madureira e o próprio Luis Cesar.

Páginas 4, 5

ESCOLA

Goiás ganha projeção internacional com avanço da robótica educacional



Com resultados em competições internacionais, modelo educacional alia inovação, ciência e preparação para o mercado.

Página 12

FUNCIONALISMO

O teto existe, o que falta é limite para quem está no topo



Em Goiás, foram pagos R\$ 196 milhões acima do teto em 2025, com média mensal de R\$ 65,1 mil entre magistrados.

Página 9

HERIVELTO NUNES

França mostra o que espera o Brasil na Copa do Mundo



O jogo mostrou a Ancelotti que muito precisa ser feito nos 75 dias que restam para o início da competição.

Página 11

TRIBUNA POLÍTICA

Janela partidária

União Brasil registra a maior perda até agora, com a saída de ao menos 20 deputados, e enfrenta dificuldades para conter a debandada.

Página 3

EDITORIAL

Leitura e **resistência**

Em meio a um noticiário frequentemente dominado por episódios de violência, desigualdade persistente e crises institucionais, há sinais silenciosos — porém poderosos — de transformação. O crescimento no número de consumidores de livros no Brasil em 2025 é um desses sinais. Ainda que 18% da população adulta pareça um índice modesto à primeira vista, o acréscimo de 3 milhões de novos leitores em apenas um ano revela uma tendência que merece ser celebrada e, sobretudo, fortalecida.

O dado não surge por acaso. Ele reflete um ecossistema que envolve editoras, autores, livrarias, políticas públicas e, mais recentemente, a influência decisiva das redes sociais. Jovens entre 18 e 34 anos lideram esse avanço, demonstrando que, ao contrário de previsões pessimistas, a leitura não perdeu espaço, apenas mudou de porta de entrada. Comunidades virtuais, recomendações online e criadores de conteúdo estão aproximando novos públicos do universo literário.

Mas o retrato também expõe contradições. Milhões de brasileiros ainda deixam de comprar livros por falta de acesso físico ou pelo preço elevado. Outros recorrem a PDFs gratuitos ou downloads ilegais, o que evidencia uma demanda reprimida: pessoas que querem ler, mas não encontram condições adequadas para consumir legalmente. Ignorar esse dado é perder uma oportunidade estratégica de ampliar o mercado e democratizar o acesso ao conhecimento.

O protagonismo das mulheres — especialmente das mulheres negras da classe C — é outro aspecto revelador. Elas não apenas leem mais, como sustentam parte significativa desse crescimento, reforçando o papel da leitura como ferramenta de autonomia e transformação social.

Mais do que um produto, o livro se reafirma como experiência cultural e instrumento de cidadania. Se há uma boa notícia em meio ao cenário adverso, é esta: o Brasil lê mais. Cabe agora garantir que esse avanço não seja episódico, mas contínuo, com investimento, acesso e políticas que transformem o hábito de leitura em direito efetivo. Porque um país que lê, inevitavelmente, pensa. E um país que lê é um país que resiste.

ARTIGO

Brasil: o país obcecado pelas migalhas do presente

O Brasil é a última coca gelada do deserto, mas parece não saber disso. Ou melhor, insiste em não acreditar nisso.

Essa descrença no futuro é fruto da cultura do imediatismo, um comportamento que tem raízes em nossas origens. Nunca sofremos com intermináveis e rigorosos invernos, terremotos ou grandes guerras. Para garantir a sobrevivência, bastava plantar 365 pés de mandioca. E talvez essa seja a nossa "maldição"!

Nos países do Hemisfério Norte, onde há neve e guerras, as pessoas precisam desenvolver estratégias de sobrevivência; pensando e decidindo racionalmente, desenvolvem naturalmente uma cultura de planejamento no longo prazo.

Não por acaso, são sociedades mais ricas do que nós.

O pensamento a longo prazo oferece mais soluções e oportunidades do que o imediatismo. Em clima de urgência, não temos controle do processo decisório e fazemos más escolhas.

A cultura do imediatismo molda nossas crenças negativamente, e passamos a descreditar em dias melhores. Simplesmente nos contentamos em trocar o banquete de um futuro brilhante por migalhas no presente.

Hoje, no Brasil, a educação é, de longe, a maior vítima do imediatismo, pois exige 10 ou 15 anos de sacrifícios contínuos antes que tenhamos a chance de desfrutar dos pri-

ARTIGO

Negativa de bomba de insulina: o que fazer e quais são seus direitos

Receber a negativa de um plano de saúde para o fornecimento de uma bomba de insulina é, para muitos pacientes com Diabetes Tipo 1 e suas famílias, um momento de profunda angústia. A frustração surge quase de imediato, acompanhada da sensação de impotência diante de um tratamento que, além de essencial, tem custo elevado. O que ainda é pouco compreendido, no entanto, é que essa negativa pode não ser o fim, mas o começo do caminho para garantir o direito ao tratamento.

O primeiro passo é exigir que a recusa seja formalizada por escrito, com justificativa clara da operadora. Esse documento é mais do que uma formalidade: trata-se da principal prova para eventual ação judicial. Sem ele, muitos pedidos sequer avançam no Judiciário. A negativa documentada demonstra que houve descumprimento contratual ou legal, abrindo espaço para a defesa dos direitos do paciente.

Entre os argumentos mais recorrentes das operadoras está a alegação de que a bomba de insulina seria um item de uso domiciliar, o que permitiria sua exclusão da cobertura. Esse entendimento, porém, vem sendo reiteradamente afastado pelos tribunais. A Justiça brasileira tem reconhecido que a bomba não é um simples insumo, mas um dispositivo essencial ao tratamento, indispensável para o controle adequado da doença.

Essa distinção impede o uso abusivo de cláusulas contratuais para restringir o acesso à tecnologia médica.

Outro ponto frequentemente invocado é a ausência do equipamento no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Esse argumento perdeu força após a promulgação da Lei nº 14.454/2022, que consolidou o entendimento de que o rol da ANS representa apenas o mínimo obrigatório de cobertura, e não um limite. Na prática, isso significa que, havendo prescrição médica fundamentada e registro do dispositivo nos órgãos competentes, o plano de saúde pode ser obrigado a custear o tratamento, ainda que não esteja expressamente listado.

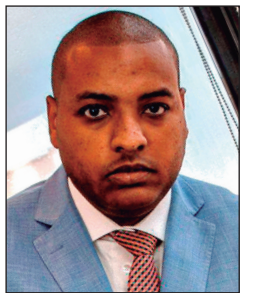
Há também um equívoco comum entre pacientes: o de que recorrer à Justiça levará anos. Nas demandas de saúde, a realidade costuma ser diferente. Com a documentação adequada, é possível ingressar com ação com pedido de liminar, permitindo que o juiz determine o fornecimento da bomba em caráter de urgência. Em muitos casos, decisões são concedidas em poucos dias, sobretudo quando há risco à saúde e se trata de planos privados.

É preciso cautela, contudo, em situações específicas, como nos planos de autogestão. Esses possuem regras próprias e não seguem integralmente o mesmo regime jurídico dos planos tradicionais, o que exige análise contratual detalhada e estra-

tégia jurídica adequada antes de qualquer medida.

O tema, aliás, já vem sendo discutido de forma mais ampla nos tribunais superiores, o que tende a trazer maior segurança jurídica nos próximos anos. Ainda assim, a jurisprudência atual já sinaliza uma diretriz clara: a proteção ao direito à saúde deve prevalecer sobre limitações contratuais, especialmente quando está em jogo a dignidade do paciente.

Diante desse cenário, a negativa do plano de saúde não deve ser encarada como definitiva. Em muitos casos, ela é apenas o ponto de partida para a garantia de um direito. Informação qualificada e orientação especializada são fundamentais para transformar uma recusa em acesso efetivo ao tratamento, com impacto direto na qualidade de vida e no controle da doença.



José dos Santos Santana Jr. é advogado especialista em Direito Empresarial e da Saúde e sócio do escritório Mariano Santana Sociedade de Advogados



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarques@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO
em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com



Eduardo Leite em campanha



Divulgação

Janela partidária

A poucos dias do fim da janela partidária, que vai até 3 de abril, a movimentação da Câmara dos Deputados aponta que o principal beneficiado deve ser o PL, que recuperou o tamanho inicial da bancada, cerca de 100. O União Brasil registra a maior perda até agora, com a saída de ao menos 20 deputados, e enfrenta dificuldades para conter a debandada. O PSDB voltou a ganhar fôlego com nove novas filiações. O PT permanece praticamente estável, com pouca participação nas movimentações da janela.

Emblemáticas

A filiação de Flávia Teles, viúva do ex-governador e ex-prefeito Maguito Vilela, ao PSDB, que ocorre após a filiação de Ana Paula Rezende, filha de Iris Rezende, ao PL, ambas mulheres próximas dos maiores líderes do MDB goiano, pode não acrescentar ganho eleitoral, como aliados de Daniel Vilela (MDB) afirmam. Mas sem dúvida desgasta a imagem do candidato a governador pelo MDB.

Judicialização em série

O prefeito Sandro Mabel já protocolou ao menos 10 ações contra o deputado Clécio Alves, em escalada da disputa política que os dois travam desde o início do mandato. As trocas de acusações públicas migraram para o Judiciário e hoje se desdobram em uma sequência de queixas-crime por supostos crimes contra a honra.

Em bloco

A relatora do caso, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, adotou a mesma linha para os nove processos protocolados no dia 4 de março: nenhuma decisão liminar por agora. Com base no "poder geral de cautela", ela postergou a análise dos pedidos e determinou a notificação de Clécio Alves para apresentar resposta em até 15 dias.

Histórico cruzado

O embate judicial é de mão dupla. Clécio já havia apresentado queixa-crime contra Mabel por tê-lo acusado de ter sido beneficiário em esquema na Comurg, inicialmente rejeitada. O deputado interpôs recurso, que foi aceito e ainda aguarda julgamento.

A desistência de Ratinho Júnior de disputar a presidência da República pelo PSD parecia ter deixado o caminho livre para Ronaldo Caiado. Mas Eduardo Leite decidiu entrar na disputa para valer, e a campanha do governador do Rio Grande do Sul tem como mote a centralidade de seu nome em contraste com o perfil de direita de Caiado. "Aquilo que Caiado procura representar já tem representante. Essa eleição precisa ter uma candidatura ao centro." Pesquisa interna do PSD

reforça esse argumento de Leite. Nela, o potencial de crescimento de Caiado é menor do que o do governador gaúcho. Além disso, Leite teria a preferência de Gilberto Kassab, presidente do PSD, enquanto Caiado contaria com o apoio do conselho do partido. Esse debate em torno do nome do PSD serviu para consolidar a candidatura do partido a presidente da República, que parecia um balão de ensaio e no momento já se mostra consolidada. A decisão do PSD sai até a próxima terça-feira (31).



Reprodução

Bruno Peixoto vai presidir a federação PRD e Solidariedade em Goiás ou o União Brasil, como a primeira-dama Gracinha Caiado (UB) anunciou? Pessoal do PRD diz que ele fica.

Inviável

Ao trocar o PRD pelo Avante, o vereador Romário Policarpo afirmou ter deixado o PRD "machucado". O presidente da Câmara de Goiânia não queria sair do PRD, até em razão da boa relação que tem com Jorcelino Braga, mas a federação com o Solidariedade teria inviabilizado sua permanência. Isso porque o Solidariedade é o antigo PROS, que patrocinou a ação que questionou no STF a terceira eleição de Policarpo para a Mesa Diretora.

Coerente

No site do União Brasil, Ronaldo Caiado ainda consta como presidente do diretório de Goiás, apesar de ter se filiado oficialmente ao PSD no dia 14 de março. Logo que anunciou que deixaria o União Brasil, Caiado divulgou que sua mulher, Gracinha, passaria a comandar a legenda, a despeito de ela não ter cargo eletivo. Mas era improvável que Antônio Rueda deixasse Gracinha à frente do partido para decidir sobre a distribuição dos recursos do fundo eleitoral. Hoje, a estratégia do partido de Rueda não inclui os interesses de Ronaldo Caiado; a de Gracinha Caiado, sim. Esta semana a primeira-dama anunciou que Bruno Peixoto iria presidir o diretório goiano.

Maior fatia

Federado com o PP, a União Progressista concentrará R\$ 953,6 milhões de recursos públicos para investir na corrida eleitoral deste ano. A quantia corresponde a cerca de 20% (19,2%) do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). E passa a ter a maior bancada do Congresso Nacional.

Imagem negativa

Pesquisa Latam Pulse (AtlasIntel/Bloomberg) de março de 2026 sobre a imagem de líderes políticos mostra que os maiores índices de rejeição são de Hugo Motta e Davi Alcolumbre, ambos com 81% de avaliação negativa no país. Entre nomes mais conhecidos do eleitorado e com maior exposição nacional, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, aparece com 60% de imagem negativa, contra 31% de positiva e 8% que não souberam opinar. A primeira-dama Janja da Silva aparece com 60% de imagem negativa. A sondagem no Brasil contou com 5.028 entrevistados entre 18 e 23 de março.

Minerais críticos

O governo Lula (PT) prepara uma resposta ao acordo sobre minerais críticos firmado entre o governo de Goiás e o Departamento de Estado dos Estados Unidos. O governo brasileiro considera que o acordo fere a Constituição Federal, prejudica as negociações em curso com a Casa Branca e versa sobre questões de segurança nacional, já que há a previsão do compartilhamento de dados geológicos de Goiás com os Estados Unidos.

ENTREVISTA LUIS CESAR BUENO - PT

“Coloquei meu nome pela falta de opções”

Fotos: Divulgação

Andréia Bahia

TRIBUNA DO PLANALTO

A deputada Adriana Accorsi e Olavo Noletto estiveram com o ex-governador José Eliton, conversando sobre uma composição. Essa possibilidade está superada ou ainda está em discussão dentro do PT?

LUIS CESAR BUENO

A reunião que definiu candidaturas foi essa que eu relatei para você, da executiva do partido com esses pré-candidatos, Cláudio Curado, Edward Madureira, Luis Cesar Bueno e Valério Luís. É o que oficialmente está colocado à mesa. Até então, foram ventilações, hipóteses que foram colocadas. Não houve posição oficial do partido em relação a isso.

Mas ainda há possibilidade dessa composição com José Eliton avançar?

Eu não participei. Ele foi governador, mas isso tem que ser colocado na direção do partido. E é importante dizer que o PT tem um ritual de prévias. Quando tem divergência, os filiados são convocados a votar e tomar a decisão. Depois tem um encontro de delegados e tem a pré-convenção, ou seja, é um ritual longo, é um regimento interno muito democrático, o do Partido dos Trabalhadores. Eu acredito que, tão logo encerre esse período da desincompatibilização partidária e o processo de filiação aos partidos, que termine a janela, vamos ter que partir para o calendário interno do PT. Reunião da executiva, reunião do diretório, prévias, se tiver prévias, se o partido for fazer aliança fora do PT, tem que consultar as prévias. Vamos fazer uma aliança com a Aava, Santiago, tem que ter prévias para definir se apoia ou não. Vamos fazer uma aliança com o PSDB, tem que ter prévias.

Existem decisões que são tomadas a nível nacional, pelo próprio presidente Lula, e que o diretório regional apenas acata?

Até então, não tem nenhum comunicado. As



Luis Cesar Bueno

PT

O ex-deputado estadual Luis Cesar Bueno é um dos pré-candidatos do PT ao governo de Goiás e afirma que colocou seu nome à disposição diante da falta de opções dentro do partido para a disputa majoritária. Segundo ele, lideranças petistas que atualmente ocupam cargos no Legislativo tendem a permanecer na disputa proporcional. Na entrevista, Luis Cesar diz não ter conhecimento de eventual preferência da direção nacional pelo nome da deputada federal Adriana Accorsi e

conversas existem, o presidente Lula, o presidente (do PT) Edinho Silva estão conversando a nível de Brasil e eu sei que constantemente a nossa presidenta é ouvida. Às vezes o que ela ouve hoje, ela não traz para o diretório porque na hora seguinte ou no dia seguinte, o cenário muda.

Na sua opinião, como o nome da Aava Santiago é

afirma que temas como alianças com o PSB, o PSDB ou uma eventual aproximação com o ex-governador José Eliton “não estão na pauta” do partido em Goiás. Ele também destaca que o PT ainda passará por um processo interno de definição, que inclui reuniões, prévias e debates entre filiados. Atualmente, segundo o ex-deputado, estão colocados como pré-candidatos o jornalista Cláudia Curado, o advogado Valério Luís Filho, o vereador Edward Madureira e o próprio Luis Cesar.

recebido dentro do PT para ser representante do partido na disputa para governo?

Como candidata a governadora é um nome que nós poderemos debater e apoiar com certeza. Isso após um debate interno no PT. É um bom nome. Existe uma abertura para uma aliança com o PSB da presidenta Aava Santiago? Sim, muito. É um

nome que tem respaldo dentro do PT.

Em relação a uma eventual aliança de PT e PSDB, nesse caso o PT apoiaria Marconi Perillo ao governo?

Vamos analisar todas as possibilidades: apoiar o Daniel Vilela? Difícil. Apoiar Marconi? Existem debates, mas não está na mesa, não

Queremos ampliar para pelo menos três ou quatro as vagas de deputado federal. Temos nomes expressivos, como os dois deputados atuais (Rubens Otoni e Adriana Accorsi), e Delúbio Soares.

está na pauta. Apoiar Aava? Pode ser, há debates acontecendo, mas ainda não temos uma posição. Lançar uma candidatura própria? Qual desses nomes que estão aqui? É um processo que está em andamento.

O PT nacional quer ampliar o arco de aliança e tem conversado com o PSDB.

Isso é fato e no Brasil todo.

Em Goiás, o PSDB tem candidato ao governo. O debate que existe é no sentido de o PT apoiar o PSDB?

Eu acho que você poderia perguntar isso para o Marconi Perillo. Eu não dou conta de responder essa pergunta.

Mas depende do PT aceitar apoiar o Marconi. O PT apoiaria o Marconi?

Esse assunto não está na pauta. Eu não vou colocar um assunto na pauta sendo que ele não está. Eu não posso fazer isso. Se a presidenta do partido tem essa informação, ela não trouxe para o partido ainda. Aliás, ela tem dito o contrário, que não tem. Lá em Brasília, eles estão com o mapa do Brasil mexendo as pedras. Às vezes alguma ideia para Goiás acontece, mas duas horas depois ela cai. A gente não pode entrar nesse debate ou colocar isso na pauta.

A grande prioridade do PT é a formação de um palanque para o Lula em Goiás?

Isso é fato. Pode ser com o PSDB? Eles estão conversando nacionalmente. Pode ser com a Aava? Sim, pode. Pode ser com o Daniel? O MDB é da base do governo Lula. Eles conversam sobre todas as possibilidades. Aqui em Goiás, nenhuma dessas possibilidades está na pauta, na mesa, proposta concreta hoje na direção do partido. Se entrar na pauta, nós vamos discutir.

A opção que tem melhor receptividade pelo partido é a composição com Aava Santiago?

É um bom cenário, até porque o partido da presidenta Aava é o partido do vice-presidente da República (Geraldo Alckmin). É fácil e bom para nós. Mas ainda não está na pauta.

Alckmin participa dessas discussões?

Nacionalmente, sim.

Além da formação do palanque para Lula, quais as prioridades do PT local para a eleição deste ano?

Montar uma chapa boa para deputado federal. Estamos rodando os municípios, porque temos que ter uma chapa que represente as várias regiões do estado e queremos ampliar para pelo menos três ou quatro as vagas de deputado federal. Temos nomes expressivos, como os dois deputados atuais (Rubens Otoni e Adriana Accorsi); Delúbio Soares; dependendo da conjuntura, se vier candidato a federal, o professor Edward; temos nomes no Entorno de Brasília, são nomes representativos. Estamos montando uma chapa de deputado federal bastante expressiva, e montar também uma chapa para deputado estadual. Temos hoje três deputados estaduais e, na eleição passada, faltaram em torno de 100 votos para fazer o quarto, que seria o vereador Fabrício Rosa. Hoje, acho que tranquilamente a nossa chapa elege cinco estaduais. E se nós consolidarmos os três federais, podemos fazer seis estaduais. Nós fizemos isso na eleição de 2006, quando fizemos uma aliança com o PSB, na época capitaneado pelo ex-deputado Barbosa Neto. O PT elegeu quatro; o PC do B, 1; e o PSB o outro. Fizemos seis deputados naquela época. Acredito que a pauta nossa

interna, que a direção do partido está trabalhando, é nesse sentido.

Delúbio Soares sai candidato a deputado federal?

Delúbio é candidato a deputado federal, está rodando todo esse estado, está sendo muito bem aceito pelas lideranças do PT. Vai realmente, na minha opinião, ter uma votação expressiva. Assim como Rubens, assim como Adriana Accorsi, assim como Edward e os outros companheiros. A nossa chapa será uma chapa bem votada.

A direita se dividiu em Goiás entre Daniel Vilela e Wilder Morais, e provavelmente teremos pelo menos quatro candidatos ao governo. Qual a análise que o senhor faz desse cenário para a eleição?

A direita está extremamente dividida. Ela se divide no grupo do Daniel, com o (Ronaldo) Caiado e Wilder e o grupo do Wilder se divide em dois, uma parte do PL acompanha a candidatura dele, a outra parte do PL acompanha a candidatura do Daniel. E tem também Marconi, que

A diferença minha das outras candidaturas é que eu não quero ficar discutindo apenas a pauta das minorias. Eu quero discutir a pauta das maiorias e mostrar o que nosso governo fez para as maiorias desse país.



reivindica estar nesse campo, apesar de ele ter uma postura de centro, os movimentos dele são para tentar buscar o voto bolsonarista. A água limpa, unida, sem divergência está no campo da esquerda. Se a gente faz uma frente com o PSB, temos todo o palanque do Lula, ou seja, 42,23% cento dos votos, 1,553 milhão votos de partida, ligando o carro. Se a gente ganha mais 7 mil votos na campanha, isso comparado a 2022, bate no primeiro turno aqui em Goiás, com mais de 50% votos para o presidente Lula. O campo do presidente Lula está integrado, unido e tem serviço em Goiás. As grandes obras de Goiás, as obras de infraestrutura não foram feitas pelo governo Caiado junto com Daniel Vilela. Mostra uma obra de envergadura que o governo do estado fez? Eu vou mostrar as nossas. Nós duplicamos a BR-153 até São Paulo e estamos duplicando agora até chegar a Palmas, passando por Goiás. Fizemos a BR-040 totalmente pavimentada, saindo de Luziânia, Brasília, chegando até no estado do Mato Grosso. Estamos fazendo a 413, que vai ligar Rio Verde a Itumbiara, e já está bem adiantada. Fizemos a 060, de Goiânia até Jataí, que era chamada Rodovia da Morte, está pronta, obra feita nos governos do PT, que anunciou no PAC os recursos para o anel viário de Goiânia; fizemos o eixo Norte-Sul do transporte rodoviário de Goiânia. O BRT de Goiânia foi feito com um recurso do governo federal, assim como todas as plataformas do Eixo Anhanguera, que o Caiado diz que são recursos do estado; são recursos do governo federal; fizemos o Hospital das Clínicas de Goiás, um hospital referência, são recursos do governo federal; a principal obra de distribuição de infraestrutura do Brasil, que pega Goiás de Norte a Sul e Sudoeste, a Ferrovia Norte Sul, obra feita pelo governo federal. O saneamento da grande Goiânia, a Saneago captou os recursos do PAC do governo federal, a Universidade Federal de Jataí, Universidade Federal de Catalão, o Campus avançado da Universidade Federal de Cidade Ocidental, são recursos do governo federal. Chama o governo Caiado para debater conosco quem fez as obras de infraestrutura em Goiás.

No cálculo que fez, Lula



teria mais de 50% de votos do campo da esquerda em Goiás, mas em qualquer pesquisa feita, Goiás aparece como um dos estados mais conservadores do país. De onde viriam esses votos?

Os números não dizem isso. Pega o resultado das eleições no segundo turno, 41,23%, 1,553 milhão de votos. Uma população que elege prefeito de esquerda em quatro eleições, duas com Paulo Garcia, uma com Pedro Wilson e outra com Darci Accorsi, e elege o prefeito da segunda maior cidade, que é Anápolis, duas vezes. Falta de debate e a imprensa embarca nessa onda que Goiás é um estado conservador. Eu estava num debate ainda há pouco com um produtor rural e ele veio questionar o bolsa família e eu falei: vamos questionar o plano safra, o que garante a produção agrícola. No governo Bolsonaro eram R\$323 bilhões; hoje, são R\$605 bilhões. O governo Lula dobrou a capacidade de investimento no agro no Brasil e principalmente em Goiás. Ele quer questionar o Bolsa Família, mas não quer questionar o Plano Safra. Eu estou preparado para esse debate, quero discutir com o setor produtivo. Quero mostrar o que nosso governo fez para o setor produtivo. A diferença minha das outras candidaturas é que eu não quero ficar discutindo apenas a pauta das minorias. Eu quero discutir a pauta das maiorias e mostrar o que nosso governo fez para as maiorias desse país.

Caso não seja o candidato ao governo, vai dis-

putar a eleição para deputado?

Não. Depois de seis mandatos, eu cumpri minha missão no parlamento. Eu só coloquei meu nome à disposição para uma disputa ao governo de Goiás diante da ausência de nomes. Os quadros do PT que estão no parlamento querem continuar no parlamento. Apesar de o presidente Lula constantemente fazer um apelo para que, nessas eleições, não podemos entregar o país para o fascismo, para aqueles que queriam dar um golpe de estado e matar o presidente da República eleito e os ministros do STF. Esse é um governo de terror. Diante dessa ausência de nomes, eu coloquei meu nome à disposição. Caso nós consigamos ter uma candidatura com envergadura, com representatividade, eu faço questão de apoiar. Meu nome está à disposição, mas eu não estou disposto a ir para a disputa. Eu vou participar do debate, porque entendo que nós não podemos perder essa eleição para o fascismo.

Disputaria um cargo majoritário, vice ou senado?

Eu topo disputar, aceito a indicação para o Senado, porque consigo fazer esse debate numa disputa ao Senado, carregando, dando suporte às candidaturas de deputado estadual e deputado federal, mas candidatura proporcional não, candidatura de deputado federal e estadual eu não vou entrar nessa disputa.

Leia mais no site
www.tribunadoplanalto.com.br

Análise

Italo Wolff
wolfffc@gmail.com

A SOLIDÃO DO PT

Entenda como as escolhas locais deixaram o PT isolado na corrida eleitoral em Goiás

Divulgação

Antigos protagonistas, novos coadjuvantes: PT e PSDB têm dificuldades para articular chapas majoritárias e recalculam rota no xadrez político



Desde as eleições municipais de 2024, se lê nos jornais goianos que PT e PSDB “iniciaram tratativas”, “intensificaram diálogos”, “sinalizam aproximação” e tantos outros jargões do colunismo político. Porém, até agora, a história é mais história que fato. Para quem interpreta o cenário, a possível aliança faz sentido porque liga os partidos em suas semelhanças: foram os principais atores nos palanques das duas últimas décadas, e agora, com o novo arranjo de forças, estão escanteados. “Jogam parados” (para usar outro jargão) — se aproximam do fim do período para montagem de chapas sem opções ou grandes alianças encaminhadas.

O acordo é inteiramente fictício? Não, os diálogos existem. Mas, em política, as conversas sempre existem, e não significam necessariamente acordos concretos. Pela parte do PT, há um ator que defendeu publicamente a aliança com os ex-governadores tucanos Marconi Perillo e José Eliton: o ex-tesoureiro nacional do PT Delúbio Soares. Outras alas descartam publicamente a aproximação. Essas alas são representadas pelos pré-candidatos do PT ao governo do Estado: Luis Cesar Bueno (ex-deputado estadual), Cláudio Curado (ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas), e Valério Luiz Filho (jurista).

Por parte do PSDB, o ex-governador e ex-presidente nacional do partido, Marconi Perillo, afirmou ao Globo: “Meu problema maior (em se juntar ao PT) não é pessoal,

não é partidário, não é político. É mais ideológico e eleitoral. Eu não tenho nenhum problema com essas pessoas. Eu só tenho problema pessoal com o Caiado.” No estado, o presidente Gustavo Sebba também já negou publicamente encontros para tratar de alianças com o PT. E as negativas significam que não haverá diálogo? Novamente não — as negociações são sempre negadas até serem anunciadas.

O que há de concreto é o fato de que os demais partidos já têm o jogo bem mais adiantado. O PL definiu que irá com Wilder Moraes, que aguarda o apoio de uma baqueada onda bolsonarista. O MDB definiu que, em Goiás, será direita. O PT sequer definiu seu pré-candidato.

A pesquisa Real Time Big Data apontou que o caminho mais competitivo é com Adriana Accorsi (12% de intenções de voto em um cenário), mas o Diretório Nacional pode decidir que prefere uma disputa mais segura para a reeleição da deputada federal. A Real Time Big Data mostra dois outros cenários para o Partido dos Trabalhadores: Luis Cesar Bueno (4% de intenções de votos) e Valério Luiz Filho (1%). Ou seja, se não for com Adriana Accorsi, o PT deve ter votação bem menor que os concorrentes.

Em todo caso, para o PT, o futuro é complexo. Marconi Perillo e Adriana Accorsi têm as duas maiores rejeições de Goiás (40%). A união entre os partidos seria vista como dissonante para os eleitores, pois o presidente Lula da

Silva (PT) tentou uma aproximação em 2022 e foi rejeitado por Marconi. Aécio Neves (atual presidente do PSDB) foi adversário e figura central no impeachment de Dilma Rousseff (PT), e principal responsável por alinhar o partido ao bolsonarismo em alta naquela época.

O que há de concreto é o fato de que os demais partidos já têm o jogo bem mais adiantado. O PL definiu que irá com Wilder Moraes, que aguarda o apoio de uma baqueada onda bolsonarista. O MDB definiu que, em Goiás, será direita. O PT sequer definiu seu pré-candidato.

Até as eleições, o desgaste de Lula tende a aumentar. O uso eleitoral da máquina também deve se intensificar, mas em um estado onde Bolsonaro fez 58,71% votos em 2022, o viés importa. Pesquisa AtlasIntel/Bloomberg publicada nesta quarta-feira (25) mostra que 53,5%

dos brasileiros desaprovam o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A desaprovação vem crescendo desde outubro de 2025, em especial entre os mais jovens. Os eleitores de 16 a 24 anos desaprovam o governo na proporção de 72,7%, e Goiás é um estado mais jovem que a média nacional, segundo o Censo 2022 do IBGE.

O PORQUÊ DO ISOLAMENTO

A razão da solidão do PT neste período de apertos de mãos não é outra senão as escolhas feitas pelo próprio PT. Em Goiás, o partido foi purista na escolha de aliados. Se nacionalmente o presidente Lula não mostra hesitação moral ao aceitar alianças com o PP, Republicanos, MDB e outros representantes do Centrão, o fato não se repete no estado.

O atual governador e presidente do MDB estadual Daniel Vilela liderou um movimento no início deste mês contra a aliança nacional entre os partidos, usando como argumentos o fato de que o MDB é constantemente chamado de “golpista” pelo Partido dos Trabalhadores. Neste ano, na Sapucaí, o desfile da Acadêmicos de Niterói em homenagem a Lula exibiu um carro alegórico em que um folião caracterizado como Michel Temer roubava a faixa presidencial de Dilma Rousseff e a colocava em si mesmo, por exemplo.

O argumento pode ser superficial, com a motivação real de Daniel Vilela se devendo ao seu alinhamento com Ronaldo Caiado (PSD).

Mas o Movimento Democrático Brasileiro tem três ministros no governo petista, e Daniel Vilela não é Ronaldo Caiado (este sim, um crítico irreduzível de Lula). Ou seja, se o PT estadual esboçasse aproximação com Daniel Vilela, poderia vislumbrar espaços no poder, projetar crescimento futuro, reduzir o desgaste do isolamento? Não sabemos, pois, em Goiás, o PT escolheu não cumprir para com o MDB o papel que o MDB cumpre em cenário nacional para com o PT.

Agora, o barco zarpou. Daniel Vilela defende uma posição de independência — ou seja, cada estado define com quem vai — sendo que domesticamente herda de Caiado um antipetismo palatável para o eleitorado conservador. O movimento, que culminou com entrega de carta assinada por 17 representantes de diretórios estaduais ao presidente Baleia Rossi, e que busca negar a aproximação MDB-PT promovida por Jader Filho e Renan Filho, deve prejudicar Lula neste ano.

AS OPÇÕES

Diversos atores no PT se colocaram como pré-candidatos, mas os dois nomes mais conhecidos pelo eleitor — o do vereador Edward Madureira e o de Adriana Accorsi — devem concorrer à Câmara dos Deputados. A escolha revela a opção pelo fortalecimento da representação no Congresso, onde a articulação dos projetos importantes para o governo e a distribuição de emendas consolidam os partidos.

A ideia de que mais vale uma corrida promissora ao parlamento do que uma incerta ao Executivo tem sido comum a todos os partidos. Com uma maior bancada, as siglas podem reivindicar cargos de destaque no futuro comando da Casa Legislativa, afinal. O novo modo de escolher candidatos foi enunciado claramente por Jair Bolsonaro (PL) em 2024, quando o ex-presidente afirmou que preferia ampliar a bancada de senadores e garantir maioria no Congresso para enfrentar suas pautas jurídicas do que eleger prefeitos.

MOBILIDADE

Caiado entrega novo Terminal Padre Pelágio e primeiros ônibus a biometano do Brasil

Fotos: Júnior Guimarães

Cerimônia marca anúncio de lançamento da primeira usina de biometano e do primeiro gasoduto do Estado. Investimento faz parte do maior programa de modernização do transporte coletivo do país



Caiado entrega Novo Terminal Padre Pelágio e ônibus a biometano e destaca que iniciativas colocam Goiás na vanguarda da mobilidade sustentável no país

Da Redação

O governador Ronaldo Caiado inaugurou, nesta sexta-feira (27/3), as novas instalações do Terminal Padre Pelágio, em Goiânia, dentro dos esforços do Governo de Goiás para modernizar o transporte público coletivo da Região Metropolitana da capital. Durante o evento, também foram entregues os primeiros cinco ônibus articulados movidos a biometano em operação regular no Brasil, além do anúncio da implantação da primeira usina de biometano e do primeiro gasoduto do Estado.

“Hoje estamos entregando um terminal que pode ser considerado padrão do nosso governo, com mais de 10 mil metros quadrados, alta capacidade e estrutura qualificada, pensado para garantir mobilidade, conforto e dignidade para a população que utiliza o transporte coletivo todos os dias”, afirmou o governador Ronaldo Caiado.

A obra marca a remodelação dos terminais e estações do BRT Leste-Oeste, antigo Eixo Anhanguera, principal corredor do transporte coletivo da capital, com investimento do Tesouro Estadual de R\$ 30,5 milhões. As intervenções tiveram como foco a reorganização dos fluxos, ampliação da capacidade e incorporação de soluções em acessibilidade, segurança e inovação.

O terminal integra o projeto Nova Anhanguera — considerado o maior programa de modernização do transporte coletivo em execução no Brasil, com investimentos superiores a R\$ 2,5 bilhões — e que já contemplou as reformas dos terminais

Praça A, Dergo, Praça da Bíblia, Novo Mundo e Senador Canedo.

O secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, destacou o caráter estruturante das ações. “Essa transformação mostra que políticas públicas com visão de longo prazo geram resultados concretos. Estamos entregando um sistema mais moderno, eficiente e que devolve dignidade à população”, afirmou.

O presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Edmundo Pinheiro, ressaltou o momento simbólico da entrega. “Esse projeto representa uma evolução histórica do transporte coletivo em Goiânia. É a consolidação de um sistema mais moderno, eficiente e alinhado com as melhores práticas do mundo”, afirmou.

Com circulação média de cerca de 65 mil passageiros por dia, o novo terminal tem área de aproximadamente 9,5 mil metros quadrados e substitui uma estrutura antes marcada por desorganização, conflito de fluxo, limitações operacionais e problemas construtivos. O espaço foi completamente redesenhado, com separação entre áreas operacionais e comerciais, ampliação de plataformas e ganhos expressivos em fluidez e segurança. A reorganização concentrou as linhas do BRT Leste-Oeste na plataforma central, enquanto as linhas alimentadoras foram redistribuídas, garantindo melhor circulação de veículos e passageiros. Atualmente, o terminal atende 29 linhas, sendo 7 do BRT e 22 alimentadoras.



O prefeito de Goiânia, Sandro Mabel, destacou o impacto da obra no cotidiano da população. “Hoje o transporte coletivo de Goiânia vive uma nova realidade. O trabalhador já não perde mais horas no deslocamento, tem conforto, ar-condicionado e mais rapidez. Isso traz dignidade para quem depende do sistema todos os dias”, afirmou.

MELHORIAS

O novo Terminal Padre Pelágio passou por reconstrução completa das instalações elétricas e hidrossanitárias, substituição da iluminação por LED e implantação de usina fotovoltaica, garantindo maior eficiência energética. Também foram realizadas melhorias em acessibilidade, com implantação de piso tátil, rebaixamento de guias e sinalização em braille, além da criação de novos acessos com catracas modernas e caminhos de pedestres com faixas elevadas e cobertas.

A reorganização das áreas de circulação e manobra dos ônibus contribui para maior segurança operacional, enquanto a implantação de bicicletário e novas estruturas de apoio, como

salas de descanso e espaços para motoristas e funcionários, qualifica as condições de trabalho no sistema.

Usuária do transporte coletivo, a estudante Nicolly Augusta do Nascimento, de 16 anos, destacou a sensação de segurança no novo espaço. “Ficou bem mais organizado e mais visível. Antes a gente ficava com medo, agora está mais seguro. Dá mais tranquilidade para passar por aqui todos os dias”, relatou.

Já o antigo camelódromo que funcionava no local e apresentava problemas estruturais deu lugar a um novo Centro Comercial Popular, com boxes padronizados e praça de alimentação, eliminando a interferência nas áreas de circulação. Na área de segurança, foi instalada uma nova base da Polícia Militar e 121 câmeras de monitoramento com inteligência artificial e reconhecimento facial, além de totens com informações em tempo real.

ENTREGAS

Durante a cerimônia, foram entregues cinco novos ônibus articulados movidos a biometano, os primeiros em operação

regular no Brasil, consolidando o estado de Goiás como referência em inovação e sustentabilidade no transporte público. Desenvolvidos para atender às demandas da Nova RMTc, os veículos utilizam chassi Scania K 340C, com motorização a gás de 340 cavalos e tecnologia de emissões Euro 6, que garante baixos níveis de poluentes.

Os ônibus contam com transmissão automática, suspensão a ar e sistema eletrônico de freios, proporcionando mais conforto, estabilidade e segurança aos passageiros. Um dos principais diferenciais é o uso de cilindros de alta tecnologia instalados no teto, que ampliam a capacidade de armazenamento do combustível e permitem autonomia superior a 400 quilômetros, mantendo desempenho equivalente ao de veículos movidos a diesel. Além disso, operam com menor emissão de poluentes e ruído reduzido, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e para um ambiente urbano mais sustentável.

Consolidando o avanço da frota sustentável, foi anunciado ainda a implementação da primeira usina de geração de biometano, juntamente com o primeiro gasoduto do estado de Goiás, estruturas que marcam um novo passo na infraestrutura energética estadual. A usina está em implantação no município de Guapó, com investimentos de R\$ 150 milhões e capacidade de produção de até 100 mil m³ por dia, viabilizando o fornecimento de combustível renovável em larga escala para o sistema de transporte coletivo.

BR-153

Pedágios aumentam em meio a reclamações sobre condições da via

Deputada apresenta requerimento para suspensão do reajuste; advogado explica que cobrança é legítima se serviço for bom

Carla Borges

Os preços dos pedágios nas praças de Piracanjuba/Professor Jamil e Itumbiara, na rodovia BR-153, ficaram mais caros na sexta-feira (27), com o início da operação da concessionária Way Brasil, que substituiu a Triunfo Concebra. O reajuste, que pegou motoristas de surpresa, gerou insatisfações e reclamações, devido ao mau estado da rodovia, que apresenta bura-

cos, ondulações e outros problemas de conservação. A deputada estadual Bia de Lima (PT) apresentou requerimento para suspensão dos novos valores, direcionado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), alegando a precariedade das condições da via.

Com o aumento, os preços cobrados desde quinta-feira variam de R\$ 14,90, para um automóvel de passeio, a R\$ 124,80, para caminhão com reboque de oito eixos. A concessionária antiga solicitou a devolução do trecho alegando desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, celebrado em 2013. A Way Brasil venceu o leilão realizado em novembro do ano passado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Ao contrário do tributo, que necessita de contrapartida imediata, a tarifa é regida por contrato administrativo e o usuário paga quando usa o serviço.

Especialista em contratos



Way Brasil

Reajuste da tarifa foi autorizado pela ANTT e pegou motoristas de surpresa

administrativos, o advogado Matheus Costa explica que a má qualidade do serviço prestado, por si só, não é causa de impedimento do aumento, que é regido por regras contratuais e legais e autorizado pela agência reguladora, a ANTT. “Esse reajuste teve a justificativa de recompor perdas por defasagem monetária”, constata, acrescentando que, na prática, nenhuma modificação é feita sem a autorização prévia da ANTT. “Um estudo realizado em diversos estados mostra que nos últimos dez anos

houve um aumento real nas tarifas, mas as concessionárias não entregam um serviço a contento”, acrescenta o advogado.

“São problemas que vemos no dia a dia, como buracos, pistas não duplicadas e outros, que levantam dúvidas legítimas”. De acordo com a legislação, o consórcio responsável por rodovias pode ser sancionado com multa e, em casos graves, até perder a concessão. “A tarifa é legítima, desde que o serviço seja adequado”, pondera Matheus Costa, acrescen-

tando que as discussões sobre o assunto não se esgotam no campo administrativo. “Qualquer cidadão pode acionar a Justiça para impedir a revisão ou o reajuste”, orienta. Sobre o requerimento da deputada Bia de Lima, Matheus Costa entende que ele deveria ter sido dirigido à ANTT e não ao DNIT.

INVESTIMENTOS

Em entrevista, o diretor-presidente do Grupo Way Brasil, Paulo Nunes, afirmou que os valores atuais refletem uma atualização após anos de valores reduzidos nas tarifas anteriores.

Segundo ele, as tarifas foram recalculadas para se adequar ao padrão praticado no país. O contrato de concessão prevê investimentos de mais de R\$ 10 bilhões ao longo de 30 anos. Entre as obras planejadas estão a duplicação de trechos da rodovia, implantação de faixas adicionais e construção de passarelas, acessos e pontos de ônibus.

Detran tá on



Sua CNH agora pode ser digital e mais barata.

O Detran reduziu os valores para conquistar a CNH e isentou o custo de serviços da CNH Digital. Mais praticidade e mais vantagens pra quem tá on.



BAIXOU O PREÇO DA CNH

- O processo por categoria era **R\$ 3mil** e agora é próximo de **R\$ 400**
- Para a categoria AB, o valor que era de **R\$ 5 mil** agora é próximo de **R\$ 700**
- E o 1º reteste é **gratuito**



COM A CNH DIGITAL, ALGUNS SERVIÇOS SÃO 0800

- Da CNH provisória para a definitiva digital é **gratuito**. Economia de **R\$ 289,25**
- Renovação da CNH Digital para bons condutores é **gratuita**. Economia de **R\$ 278,67**

SERVIÇOS GRATUITOS VÁLIDOS APENAS PARA A CNH NA VERSÃO DIGITAL. A VERSÃO IMPRESSA É OPCIONAL E POSSUI CUSTO.

DETRAN
GOIÁS

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

FUNCIONALISMO

O teto existe, o que falta é limite para quem está no topo

Pedro França / Agência Senado

Pagamentos acima do permitido e benefícios que se repetem da formação à remuneração expõem um modelo já rejeitado pela sociedade

Lucas de Godoi

As discussões recentes sobre o teto do funcionalismo trazem à tona uma cobrança já consolidada na sociedade por limites reais ao topo do Estado, mas o que se observa, na prática, é a manutenção de um modelo em que o teto não contém os ganhos mais elevados e a lógica de tratamento diferenciado se repete em todos os níveis da administração pública, alcançando especialmente as carreiras jurídicas nos três Poderes.

Quando se observa o volume de recursos envolvidos, essa percepção passa a se apoiar em evidências concretas, já que o Brasil gasta cerca de 10% a 13,4% do PIB com funcionalismo, algo na casa de R\$ 1 trilhão por ano, dentro do qual uma parcela menor concentra distorções relevantes, como os supersalários, que consomem pelo menos R\$ 20 bilhões anuais. Desse total, ao menos R\$ 10,7 bilhões foram pagos acima do teto



Teto do funcionalismo volta ao debate por iniciativa do STF

apenas pelos tribunais de justiça estaduais em 2025.

Conforme estudo da Transparência Brasil e República.org, "todos os tribunais estaduais pagaram salário médio acima do teto constitucional" e registraram pagamentos mensais que chegam, em cada órgão, ao menos ao dobro do limite previsto, o que evidencia a recorrência desses valores.

A distribuição desses pagamentos reforça essa leitura, uma vez que 98% dos magistrados receberam acima do teto ao longo do ano e uma parcela relevante acumulou valores expressivos além do limite, levando o estudo a apontar a "consolidação do caráter meramente decorativo do teto constitu-

cional" no sistema de justiça, expressão que traduz o distanciamento entre a norma e sua aplicação concreta.

REALIDADE NACIONAL

No recorte de Goiás, os números acompanham essa tendência e ajudam a ilustrar essa realidade, na medida em que foram R\$ 196 milhões pagos acima do teto em 2025, com média mensal de R\$ 65,1 mil entre magistrados e registros individuais que alcançaram R\$ 161 mil, o que demonstra que esses valores já integram um padrão remuneratório estabilizado.

É nesse ponto que a resposta institucional costuma se apoiar em uma distinção formal entre remuneração e

verbas indenizatórias, tratadas como eventos excepcionais, acumulados ao longo do tempo e pagos de forma pontual. Esse argumento aparece na manifestação enviada à Tribuna pela Associação dos Magistrados de Goiás, que sustenta que os valores acima do teto "não se referem a salários mensais regulares".

O problema é que, quando confrontado com a dimensão e a recorrência dos dados, esse enquadramento deixa de se sustentar como explicação suficiente, na medida em que aquilo que é descrito como exceção passa a se repetir em escala praticamente universal dentro da carreira, incorporando esses pagamentos à

lógica ordinária do sistema remuneratório.

REFORMA

Esse cenário ganha contornos ainda mais atuais com a decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), que fixou limites para os penduricalhos ao estabelecer que verbas indenizatórias possam chegar a até 35% do teto constitucional e, ao mesmo tempo, autorizar adicionais por tempo de serviço que, na prática, permitem ganhos que podem alcançar cerca de 70% acima desse limite, consolidando um arranjo que mantém a lógica de superação do teto por outras vias.

Ao mesmo tempo em que impõe limites pontuais, a solução construída esvazia o sentido original da reforma ao admitir, na prática, um "novo teto" remuneratório que permite que parcelas como adicionais por tempo de serviço, gratificações e outras verbas sejam pagas fora do teto, abrindo espaço para ganhos que podem ultrapassar significativamente o subsídio dos ministros do próprio STF e criando um limite paralelo que não se aplica ao restante do funcionalismo.

Essa dinâmica não se restringe ao Judiciário e revela um padrão de funcionamento do Estado em que diferentes carreiras operam sob regras distintas e acumulam vantagens ao longo do tempo, deslocando o debate para uma cobrança política já evidente na sociedade, que passa a exigir o enfrentamento efetivo dessas regalias em vez de mera reorganização.

Privilégio começa na formação e se estende por toda a carreira

Se, no topo do Judiciário, o debate sobre o teto revela um sistema em que exceções se tornaram regra, em Goiânia a mesma lógica pode ser observada de forma mais elementar, a partir do acesso à formação e às condições de progressão dentro do próprio Município.

Enquanto a Prefeitura decide custear, com recursos públicos, seis vagas de mestrado em Direito para

procuradores e auditores fiscais em instituição privada, ao custo de R\$ 677 mil em dois anos, o mesmo município sustenta, por meio da sua Procuradoria, que não há interesse público suficiente para conceder afastamento remunerado a uma pedagoga aprovada em doutorado na Universidade Federal de Goiás, em área diretamente ligada à sua atuação, decisão mantida pelo Tribunal de Justiça sob

o argumento de conveniência administrativa.

A comparação é objetiva, pois, no mesmo ambiente institucional, uma carreira recebe investimento direto para qualificação, enquanto outra tem negado o direito de se afastar para estudar em universidade pública, revelando que o critério não é a formação em si, mas quem a solicita.

Esse ponto de partida ajuda a entender como a

lógica de privilégios não surge no topo, mas é construída ao longo da trajetória funcional, já que, no caso das carreiras jurídicas em Goiânia, o conjunto de benefícios vai além da remuneração base, incluindo auxílio locomoção que pode chegar a cerca de R\$ 3 mil, ausência de controle de carga horária, gratificações que podem alcançar o dobro do limite aplicado a outras carreiras, e contracheques que, em

determinados casos, superam o salário do próprio prefeito da capital.

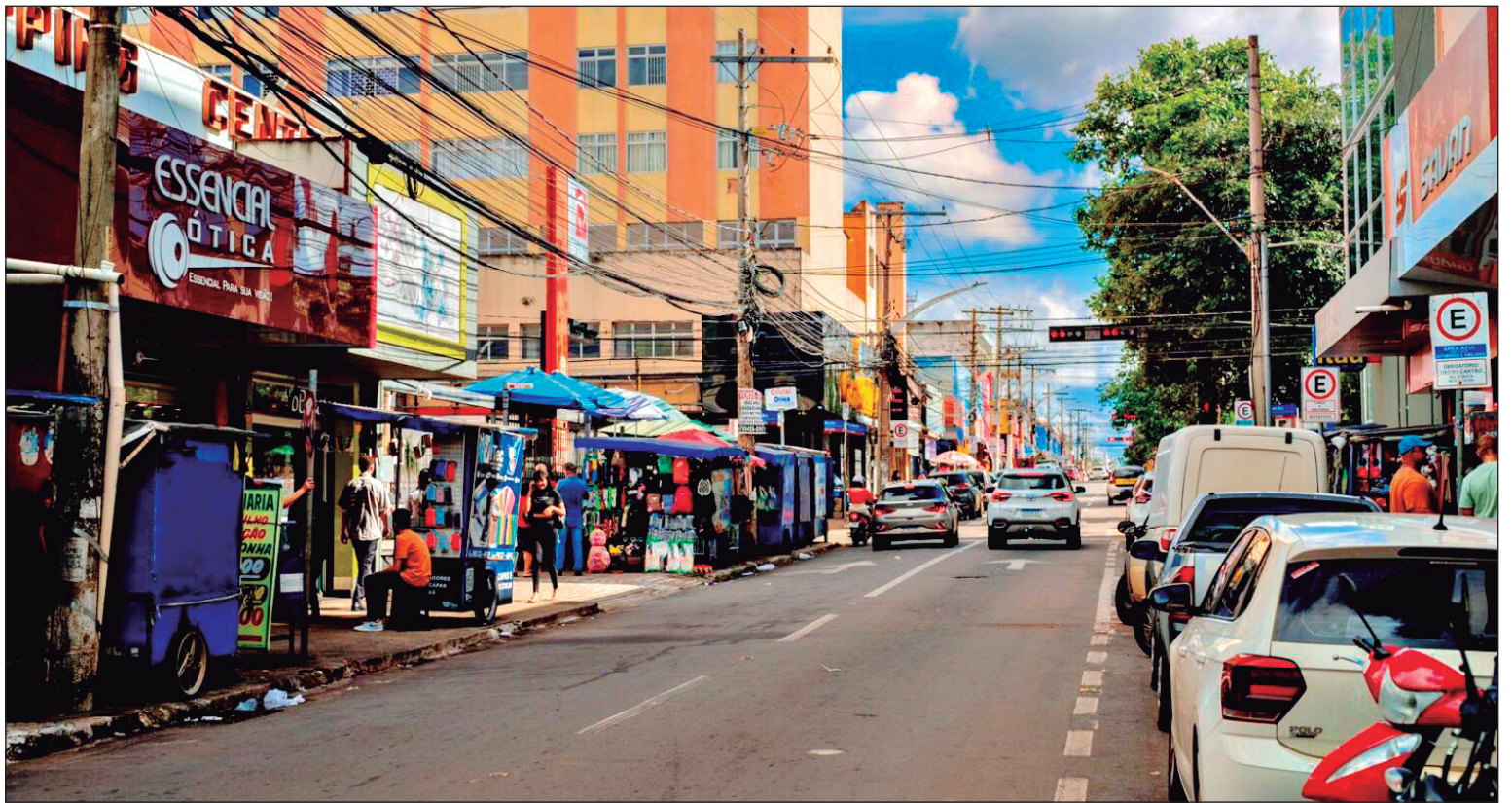
Ao final, a conexão entre esses níveis, da formação ao extrateto, revela que o problema não está apenas nos valores pagos, mas na lógica que os sustenta, já que os privilégios não começam no topo e são construídos ao longo da carreira, dentro de um Estado cuja função, em tese, seria justamente reduzir essas desigualdades.

ANÁPOLIS

Revisão do Plano Diretor expõe travas urbanas, inseguranças e pressão por mudanças

Fotos: Paulo de Tarsy/Prefeitura de Anápolis

Documento elaborado pela Câmara Municipal e enviado à Prefeitura revela entraves no crescimento da cidade, críticas ao modelo atual e propostas que podem impactar diretamente economia, mobilidade e uso do solo



Centro de Anápolis aguarda por decisões do Plano Diretor

Carlos Nathan Sampaio

A revisão do Plano Diretor de Anápolis parece ter entrado em uma fase decisiva após a Câmara Municipal encaminhar oficialmente ao Poder Executivo um conjunto de diagnósticos e propostas construídos ao longo de sete meses de debates. Mais do que uma contribuição institucional, o material revela um cenário mais complexo do que o discurso oficial sugere: a cidade enfrenta entraves estruturais que vão desde morosidade administrativa até insegurança jurídica e conflitos no uso do solo.

O envio do documento do Legislativo à Prefeitura marca uma mudança importante na condução do processo. Em vez de aguardar a proposta final do Executivo, os vereadores anteciparam o debate e consolidaram demandas coletadas em audiências, reuniões técnicas e diálogos com diferentes setores da sociedade. Ao todo, foram pelo menos oito encontros formais, reunindo representantes do setor produtivo, entidades técnicas, organizações sociais e especialistas.

Presidente da Comissão do Plano Diretor na Câmara, o vereador Wederson Lopes (União Brasil) afirma que o município vive um momento estratégico. “Estamos vivendo um momento único da cidade, um verdadeiro divisor de águas, onde

Anápolis pode dar um grande salto de desenvolvimento, de crescimento e de sustentabilidade”, declarou, após apresentação do cronograma de revisão feita pela consultoria Urbitec, contratada pela Prefeitura.

Segundo o parlamentar, a atualização não se limita ao Plano Diretor. “Essa etapa é uma nova fase dentro do Executivo, onde foi contratada uma empresa especializada para assessorar não apenas a atualização do Plano Diretor, mas também leis que estão há mais de vinte anos sem atualização em Anápolis”, explicou. Entre elas estão o Código de Edificações, a Lei de Parcelamento do Solo, o Código de Posturas e o Plano de Mobilidade Urbana.

Apesar do tom otimista, os documentos entregues pela Câmara revelam um diagnóstico mais duro. Um dos pontos mais sensíveis é a crítica ao ambiente regulatório da cidade. Registros das discussões indicam que o atual modelo urbanístico é considerado “engessado” por diferentes setores, com relatos de que processos de aprovação podem levar anos — em alguns casos, até oito — comprometendo investimentos e expansão urbana.

Além da morosidade, há sinais de insegurança jurídica. Pareceres técnicos apontam lacunas na legislação que vêm sendo supridas por instrumentos informais, como memorandos adminis-

trativos, especialmente em casos de novos formatos de ocupação urbana. Essa prática, segundo especialistas, gera incerteza para profissionais e investidores e aumenta o risco de judicialização.

Outro eixo crítico identificado é o da regularização fundiária. Relatórios técnicos indicam que Anápolis possui demanda significativa por regularização de áreas urbanas informais, mas enfrenta limitações estruturais para avançar nesse processo. Falta de equipe técnica, restrições orçamentárias e ausência de sistemas adequados estão entre os principais obstáculos apontados. A consequência é a manutenção de um cenário de informalidade que impacta diretamente a organização urbana e a arrecadação municipal.

Na área ambiental, as contribuições destacam a necessidade de maior controle sobre a expansão urbana e uso do solo. Entre as propostas está a criação de instrumentos mais detalhados de zoneamento ecológico-econômico, além de regras mais claras para proteção de áreas sensíveis, como nascentes e regiões de recarga hídrica. O objetivo é evitar conflitos entre crescimento urbano e preservação ambiental, um desafio cada vez mais presente diante da expansão da cidade.

A mobilidade urbana também aparece como ponto de atenção. Técnicos defendem que o Plano

Diretor precisa dialogar com a realidade de expansão territorial, especialmente em regiões mais recentes da cidade, onde a infraestrutura viária ainda não acompanhou o crescimento populacional. A revisão deve incluir ajustes em planejamento viário, transporte coletivo e organização do tráfego.

Há ainda pressões específicas de setores organizados. Propostas apresentadas durante o processo incluem flexibilizações em regras urbanísticas para atividades religiosas, mudanças em parâmetros construtivos e revisão de exigências para instalação de empreendimentos. Esses pedidos evidenciam que o novo Plano Diretor será resultado de disputas entre diferentes interesses.

Para Wederson Lopes, a participação da Câmara tem papel central nesse processo. “Queremos apresentar as demandas da sociedade, pois a Câmara é o local onde a população procura para mostrar suas preocupações”, afirmou. Segundo ele, o trabalho antecipado do Legislativo também busca dar mais agilidade à tramitação do projeto quando ele for enviado oficialmente pelo Executivo.

Do lado da Prefeitura, o secretário municipal de Obras, Planejamento e Meio Ambiente, Tiago de Sá Lima, afirmou que o município entra agora em uma fase de diagnóstico mais aprofunda-

do. A expectativa é que a revisão seja concluída ainda neste ano, consolidando um novo marco legal para o desenvolvimento urbano de Anápolis.

A presidente da Câmara, Andreia Rezende (Avante), também destacou a importância do momento. Para ela, a atualização das normas urbanísticas é um dos maiores desafios da atual legislatura e pode redefinir o ritmo de crescimento da cidade.

Na prática, os documentos mostram que a revisão do Plano Diretor vai além de uma simples atualização legal. Trata-se de uma tentativa de reorganizar as bases do desenvolvimento urbano, equilibrando crescimento econômico, sustentabilidade, segurança jurídica e qualidade de vida.

O desafio, no entanto, será conciliar interesses muitas vezes conflitantes. De um lado, há pressão por desburocratização e flexibilização das regras para estimular investimentos. De outro, existe a necessidade de garantir controle urbano, proteção ambiental e planejamento de longo prazo.

Se bem-sucedida, a revisão pode marcar um novo ciclo de desenvolvimento para Anápolis. Mas os próprios diagnósticos indicam que o caminho até lá exigirá mais do que mudanças na lei: será preciso enfrentar problemas estruturais que há anos limitam o crescimento ordenado da cidade.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

França mostra o que espera o Brasil na Copa do Mundo

Mesmo jogando com um jogador a menos durante todo o segundo tempo, a seleção brasileira não conseguiu superar o adversário mais complicado enfrentado até aqui na era Carlo Ancelotti. A França venceu o Brasil por 2 a 1 em Boston, gols marcados por Mbappé e Ekitiké, um em cada tempo e Bremer descontando para o selecionado brasileiro na etapa final. Foi um aviso para a seleção comandada pelo italiano Ancelotti, em relação ao que a espera na Copa do Mundo que se aproxima.

Até então, o Brasil só havia enfrentado selecionados de nível técnico inferior, a França mostrou a Carlo Ancelotti que o time não está pronto para disputar a

Copa do Mundo e que muito ainda precisa ser feito nos 75 dias que restam para o início da principal competição do futebol mundial. Foi a terceira derrota em nove jogos da seleção sob o comando de Ancelotti. É preciso ressaltar que o selecionado nacional jogou com muitos desfalques, alguns jogadores ainda estão sendo testados, ao contrário da França, que tem time definido há muito tempo, é uma seleção entrosada, que não sentiu a expulsão de Upamecano.

O ponto positivo da seleção brasileira foi a entrada de Luis Henrique no segundo tempo. O atacante modificou o panorama do jogo e deu muito trabalho ao time francês. A França

não deu importância ao ambiente do estádio, praticamente lotado com torcedores brasileiros, mostrou sua superioridade dominando a partida com 65% de posse de bola. O selecionado brasileiro volta a campo na próxima terça-feira para enfrentar a Croácia em Orlando, no último amistoso antes da convocação definitiva para a Copa do mundo.

VITÓRIA DO ATLÉTICO

O time alternativo do Atlético Goianiense derrotou o Anápolis por 1 a 0 na noite da última quinta-feira, gol do meia Jader no início do segundo tempo. O jogo foi ruim tecnicamente, com pouca inspiração das duas equipes



Mbappé comemora o gol contra o Brasil

diante de um público diminuto (não divulgado), mostrando que, mesmo com as alterações promovidas pela CBF, a Copa Centro-Oeste ou Copa Verde, dependendo do momento, continua sendo uma competição que não atrai o torcedor. Mesmo porque, os próprios times participantes, em especial os goianos, usam o certame para dar minutagem a jogadores que não estão sendo aproveitados nas equipes principais, ou até o mesmo o time Sub-20 completo, como fez o Vila Nova

na derrota em Cariacida para o Rio Branco-ES.

Os torcedores atleticanos esperam nas novas contratações um melhor rendimento da equipe, que perdeu o campeonato goiano e fez sua estreia na série B com derrota em Ponta Grossa, para o Operário-PR. Adson Batista trouxe de volta o goleador Gustavo Coutinho, já regularizado, e contra o Anápolis, promoveu a estreia do meia Assis, contratado junto à Jataiense. O Dragão deve anunciar ainda esta semana o goleiro Paulo Henrique, ex-Anápolis, e o atacante Geovany Soares, destaque do Barra, campeão catariense de 2026.

CBF define jogos da 5ª fase da Copa do Brasil

Goiás e Atlético já sabem quem serão seus adversários na 5ª Fase da Copa do Brasil. A partir desta etapa, os 20 clubes da elite do futebol brasileiro se juntam aos 12 times classificados nas etapas anteriores. O sorteio aconteceu na tarde desta segunda-feira na sede da CBF, no Rio de Janeiro. O Goiás terá o Cruzeiro como adversário, sendo o primeiro jogo no estádio Hailé Pinheiro e a partida de volta no estádio do Mineirão em Belo Horizonte. O adversário do Atlético Goianiense será o Athletico do Paraná, com o jogo de ida sendo realizado em Curitiba e a volta no estádio Antônio Accioly.

Todos os clubes que estão

na 5ª fase da Copa do Brasil recebem R\$ 2 milhões pela participação. Quem avançar para as oitavas de final ganham mais R\$ 3 milhões. O campeão de 2026 levará a premiação de R\$ 78 milhões. Goiás e Atlético encaram como muita seriedade esta competição. Para ambos, a Copa do Brasil representa a possibilidade real e imediata de faturamento para equilibrar as finanças dos clubes na temporada, por isso, encaram com muita seriedade a possibilidade de avançar para as oitavas de final da competição.

Para o Goiás, as chances de avançar para as oitavas de final da Copa do Brasil passam

pelo resultado do primeiro jogo no estádio da Serrinha. Se fizer uma grande apresentação, como tem feito até agora, e alcançar um resultado com uma vantagem de pelo menos dois gols, vai para Belo Horizonte com ótimas chances de classificação. O Cruzeiro não vive um bom momento, demitiu recentemente o técnico Tite e contratou Artur Jorge para corrigir a rota do time mineiro na temporada. Mesmo assim é favorito para seguir na Copa do Brasil.

O Atlético Goianiense terá pela frente um time que tem sido sempre um adversário complicado em seu caminho. O Athletico-PR enfrenta o Dragão

em casa no jogo de ida e decide a vaga no estádio Antônio Accioly. Independente de onde serão os jogos, o Athletico do Paraná é considerado favorito para conquistar a vaga. Os duels serão disputados nos dias 22 ou 23 de abril e 12 ou 13 de maio, respectivamente.

JOGOS DA 5ª FASE

DA COPA DO BRASIL:

- ✓ Atlético-MG x Ceará
- ✓ Cruzeiro x Goiás
- ✓ Athletico-PR x Atlético Goianiense
- ✓ Flamengo x Vitória
- ✓ Grêmio x Confiança
- ✓ Vasco x Paysandu
- ✓ Fortaleza x CRB
- ✓ Bahia x Remo



Próximos jogos de Goiás e Atlético na Copa do Brasil

- ✓ Botafogo x Chapecoense
- ✓ Red Bull Bragantino x Mirassol
- ✓ Corinthians x Bahia
- ✓ Fluminense x Opoerário-PR
- ✓ Palmeiras x Jacuipense-BA
- ✓ Internacional x Athletic
- ✓ Santos x Coritiba
- ✓ São Paulo x Juventude

Times alternativos na Copa Centro-Oeste

Não dá pra entender porque Vila Nova e Atlético entraram na Copa Centro-Oeste, se decidiram jogar com alternativos na competição. O Vila mandou a campo

o time Sub-20, com a comissão técnica da categoria, na derrota para o Rio Branco no Espírito Santo por 1 a 0. O Atlético venceu o Anápolis por 1 a 0, atuando

com jogadores que não estão jogando. Melhor seria não participar dessa competição, desmoralizada pelos próprios participantes. Clube de futebol profis-

sional vive em função de vitórias e títulos, não é admissível disputar uma competição qualquer sem a intenção de vencê-la. Com times alternativos, correm sério

risco de serem humilhados, como já fez o Vila Nova, quando sofreu dez gols em duas partidas decisivas contra o Paysandu na decisão da Copa Verde de 2024.

- ✓ Com a derrota no Espírito Santo na estreia da Copa Centro-Oeste, a diretoria do Vila resolveu mudar os planos e utilizar jogadores do time principal na partida contra o Operário-MS.
- ✓ No banco de reservas, a diretoria não confirmou se vai manter Jayme Algarte, Ariel Mamede ou o recém-contratado Guto Ferreira. A Copa Centro-Oeste continua tão ruim quanto a Copa Verde dos anos anteriores, graças aos participantes que não dão a menor importância para a competição.
- ✓ Vale lembrar que o campeão da Copa Centro-Oeste enfrenta o campeão da Copa Norte, em disputa pelo título da Copa Verde e ganham vagas na 3ª fase da Copa do Brasil em 2027.



Edson Carioca renova com o Mirassol até o final do ano

- ✓ Recuperado de lesão, o atacante Edson Carioca, deve permanecer

- no Mirassol até o final da temporada, com opção de compra pelo time do interior paulista. O jogador voltou a jogar, mas ainda recupera a forma física para voltar a apresentar o bom futebol praticado na temporada passada.
- ✓ A Itália venceu a Irlanda do Norte por 2 a 0 e mantém vivo o sonho de disputar a Copa do Mundo de 2026. Depois de ficar fora das duas últimas competições mundiais, a "Azurra" decide sua sorte contra o País de Gales na próxima semana, em jogo válido pela repescagem europeia.
- ✓ A torcida brasileira presente ao estádio de Boston no jogo contra a França vaiou a equipe no final da partida contra a França. Cantaram em coro "Olê, Olê, Olê, Olá,

Neymar, Neymar....

- ✓ Governo e organização da MotoGP iniciaram a correção dos buracos no asfalto que causaram reclamações de pilotos e redução de voltas na prova da MotoGP em Goiânia. Duas questões são mais preocupantes: o buraco que se abriu no início da reta principal e os buracos com pedaços de asfalto soltos na pista.
- ✓ O Goiás acertou a contratação do atacante João Guilherme, destaque no futebol nordestino, para integrar a equipe Sub-20 do time esmeraldino. O jovem atacante se destacou no campeonato sergipano, onde foi considerado uma das principais revelações da competição.

ESCOLA

TECNOLOGIA

Do laboratório ao mundo: robótica do SESI Goiás forma talentos e conquista espaço global

Com premiações nacionais e vagas em torneios internacionais, estudantes desenvolvem soluções reais e antecipam demandas do mercado de trabalho

Ela desenvolve raciocínio lógico, capacidade de resolver problemas e habilidades que servem para qualquer área profissional", explica Freire.

Para sustentar esse crescimento, o SESI prepara a implantação de uma arena de robótica em Goiânia, que deve funcionar como centro de treinamento para estudantes de todo o estado. A estrutura pretende ampliar a competitividade das equipes e consolidar Goiás no circuito internacional.

DE EMBARQUE PARA A GRÉCIA

Enquanto a estratégia institucional avança, os efeitos já são visíveis dentro das escolas. Na Escola SESI Planalto, a professora e técnica de robótica Ana Carolina de Paula Gonçalves acompanha de perto a transformação dos alunos. "A gente percebe uma evolução muito grande na responsabilidade e na autonomia. Eles passam a tomar decisões, se organizar e assumir o protagonismo do próprio aprendizado", afirma.

Segundo ela, o envolvimento com projetos de robótica exige disciplina, trabalho em equipe e capacidade de adaptação. "Eles lidam com prazos, pesquisa científica e desafios reais. Isso muda completamente a postura dentro e fora da sala de aula", acrescenta.

Esse impacto se traduz em resultados concretos. A equipe Titans LJ conquistou o primeiro lugar no Prêmio SESI de Inovação Niède Guidon, durante o Festival SESI de Educação, em março de 2026, em São Paulo. O reconhecimento garantiu vaga em uma competição internacional na Grécia.

O projeto vencedor enfrentou um problema recorrente na arqueologia: a contaminação de artefatos por fungos após a retirada do solo. A solução proposta foi um tapete antifúngico capaz de



Tapete antifúngico desenvolvido por estudantes goianos controla a umidade e impede a proliferação de fungos em artefatos arqueológicos

controlar a umidade e impedir a proliferação de micro-organismos sem danificar os objetos.

A estudante Ana Paula Neres de Souza, integrante da equipe, relata que o desenvolvimento exigiu pesquisa e reformulação constante. "A gente identificou o problema, conversou com especialistas e precisou adaptar a ideia até chegar a uma solução viável", explica. Ela destaca que o projeto passou por testes laboratoriais e validação científica. "A gente teve que voltar etapas, melhorar o projeto e testar até ter certeza de que funcionava. Foi um processo longo, mas muito importante", afirma.

Além do resultado técnico, a experiência provocou mudanças pessoais. "Mudou completamente minha vida. Hoje eu penso em seguir na área de criação de produtos e soluções científicas", diz a estudante. Para o gerente Diego Freire, esse tipo de trajetória resume o objetivo da formação tecnológica. "Nós preparamos o estudante para resolver problemas e se adaptar às demandas que ainda vão surgir. É uma educação voltada para o futuro", afirma.

Ao aproximar os alunos de desafios reais e inserir a tecnologia no centro do aprendizado, o modelo

educacional transforma a escola em um ambiente de experimentação e inovação. Em Goiás, esse movimento já produz resultados concretos e projeta uma geração que não apenas acompanha as mudanças, mas participa ativamente da construção do que vem pela frente.

POLÍTICA DE INCLUSÃO AMPLIA ACESSO A COMPETIÇÕES INTERNACIONAIS

O avanço da robótica educacional em Goiás não se sustenta apenas pelo desempenho acadêmico, mas também por uma política estruturada de inclusão que garante a participação dos estudantes em competições internacionais.

No SESI Goiás, o acesso a essas experiências não depende da condição financeira das famílias. Segundo o gerente de Educação Básica, Diego Freire, a instituição assume integralmente os custos das viagens. "Nós não deixamos que a condição financeira seja um impedimento. O SESI custeia transporte, hospedagem e toda a estrutura necessária para que o estudante participe", afirma.

O investimento por aluno varia entre R\$ 21 mil e R\$ 30 mil, valor que cobre desde deslocamento internacional até suporte logístico durante

as competições. A política inclui estudantes bolsistas, que participam em igualdade de condições com os demais. Em muitos casos, a experiência representa a primeira viagem para fora do estado e, para alguns, o primeiro contato com o exterior.

Para a instituição, o impacto vai além do resultado em competições. "Mais do que formar equipes competitivas, nós estamos ampliando horizontes e criando oportunidades reais de transformação social", destaca Freire.

A iniciativa reforça o papel da educação tecnológica não apenas como ferramenta de formação profissional, mas como instrumento de mobilidade social e acesso a experiências que, historicamente, estiveram restritas a uma parcela reduzida da população.

CENSO 2025 APONTA AVANÇO DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO PAÍS

A expansão da robótica educacional em Goiás acompanha uma tendência nacional de fortalecimento do ensino técnico. Dados do Inep indicam crescimento expressivo da educação profissional e tecnológica no Brasil.

O Censo Escolar 2025 aponta aumento de 68,4% nas matrículas da educação profissional e tecnológica (EPT) nos últimos cinco anos, totalizando 3,19 milhões de estudantes em todo o país. O ensino técnico integrado ao ensino médio também ampliou participação. Atualmente, a EPT já representa 20% das matrículas do ensino médio, avanço associado às mudanças implementadas pelo Novo Ensino Médio.

Os dados indicam uma reconfiguração do modelo educacional, com maior valorização de formações que articulam conhecimento teórico e aplicação prática, aproximando os estudantes das exigências do mercado de trabalho.

Novo PNE avança no Senado e redefine rumos da educação

A Comissão de Educação do Senado Federal aprovou o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2026 a 2036, estabelecendo um redesenho amplo das políticas educacionais no país. Originado do PL 2.614/2024, o plano reúne 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias, com foco direto na melhoria da qualidade do ensino. O texto estrutura as ações em três pilares:

acesso, qualidade e equidade, e prevê monitoramento das metas a cada dois anos, com divulgação pública de indicadores.

Entre os principais avanços, o novo PNE amplia o conceito de educação integral, que passa a ir além do tempo em sala de aula e incorpora atividades complementares como artes, esportes e línguas. O plano também estabelece metas concretas,

como alfabetizar 80% das crianças até o 2º ano do ensino fundamental (com universalização ao fim da vigência), garantir que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam na pré-escola e ampliar o atendimento em creches para 60% das crianças de até 3 anos. No ensino integral, a meta é alcançar 65% das escolas públicas e 50% dos estudantes até 2036, com jornadas mini-

mas de sete horas diárias.

Outro destaque é o reforço no financiamento e na gestão baseada em dados. O plano propõe elevar gradualmente o investimento em educação de cerca de 5,5% para 10% do PIB ao longo da década, além de priorizar a qualidade do gasto por meio do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Pela primeira vez, o PNE prevê planos bienais

de ação e integração de bases de dados nacionais, o que deve tornar o acompanhamento mais eficiente. Para a relatora Teresa Leitão, o texto representa "um avanço programático", ao combinar novas demandas, como educação digital e climática, com desafios históricos, como acesso universal, valorização docente e redução das desigualdades.